

FRONT FEM

Suplemento Especial - EDIÇÃO ÚNICA | Porto Velho (RO), dezembro de 2018

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



MULHERES NO FRONT

A presença feminina na história da
Polícia Militar de Rondônia

SELEÇÃO

De sexo frágil às '13 mais corajosas': o ingresso das mulheres na Polícia Militar

Quando o assunto é protagonismo e pioneirismo feminino, o Brasil é um dos países que mais se destacam

O Brasil foi pioneiro em colocar mulheres em profissões que nem se sonhava serem feitas para o sexo feminino, como a Polícia Militar. Desde muito cedo essas bravas guerreiras se mostraram capazes de enfrentar quaisquer ofícios sem qualquer demérito, seja por questões físicas, biológicas ou psíquicas.

Quando ouve-se falar na instituição Polícia Militar, a ideia que surge imediatamente para a maior parte das pessoas é do homem fardado e batendo continência. Não é à toa que tal clichê se perpetue, sendo que, apenas em 1955 as mulheres começaram a fazer parte da corporação. A história de lutas feministas demorou a chegar no militarismo, mas ela existe, e é bem representada por mulheres corajosas que alteraram padrões dentro das corporações.

Polícia e corporação – Processo histórico

A Polícia Militar passou a se firmar como uma corporação efetiva da sociedade a partir do início do século XX, mais precisamente no ano de 1902,



Primeira turma do Batalhão Feminino da Polícia Militar do Estado de Rondônia - 1984.

quando houve várias reestruturações no Brasil com a recém proclamada República de 1889. Até então, os agentes da lei eram participantes da Guarda Real Portuguesa.

No ano de 1917, a partir de um acordo firmado entre a União e o Estado, a Polícia Militar passou a ser denominada força auxiliar do Exército, com garantias na Constituição Federal.

Até então, só eram aceitos homens nas corporações de Polícias Militares em todo o país. No entanto, em 1953 em ação pioneira, Hilda Ma-

cedo, pesquisadora da área criminológica, propõe que as mulheres, não só podiam como deveriam integrar as corporações.

As 13 mais corajosas

O estudo de viés vanguardista de Hilda Macedo foi ganhando força até que, no dia 12 de maio de 1955, o então governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, assinou o Decreto número 24.548, incorporando na Guarda Civil estadual o corpo de policiamento especial feminino. Na

época, 50 mulheres se inscreveram para participar do certame que durou aproximadamente 180 dias.

De 50 restaram 12, que juntamente com a chefe Hilda Macedo, ficaram conhecidas mundialmente como "as 13 mais corajosas". No início, suas principais funções seriam de proteger e serem próximas de jovens, crianças, idosos e principalmente, mulheres.

Depois disso, outros estados viram a necessidade de criar Companhias Femininas dentro da Instituição Militar, e com Rondônia não foi diferente. Em 1983 o Estado realizou a primeira seleção para o ingresso de mulheres na Polícia Militar.

Na primeira turma foram formadas três oficiais para comandar as próximas que adviriam. Dentre as três, apenas uma permaneceu e chefiou o Batalhão Feminino da Polícia Militar do Estado, Angelina dos Santos Ramirez. Ela foi pioneira em Rondônia, e viria mais tarde se tornar a primeira mulher da América do Sul a comandar uma instituição da PM, abrindo caminho para no ano seguinte, outras nove mulheres tomarem posse como sargentos.

EDITORIAL

Missão dada, missão cumprida

Mais do que simplesmente atender a uma exigência acadêmico-científica, tornou-se uma saborosa e árdua missão a elaboração desta publicação, que, ao adotar o sugestivo nome de FRONTFEM, explicita sua proposta: narrar, sob a perspectiva histórico-jornalística, fatos referentes às relações de gênero na carreira militar, mais precisamente na Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO).

Fruto de um cansativo – mas, agora, olhando para trás, admito: prazeroso – trabalho, que envolveu entrevistas, apuração de dados, pesquisas, aliado a todos os demais

processos que envolvem a produção de um veículo de comunicação de massa, o FRONTFEM apresenta ao leitor opiniões, informações, versões e narrativas de pessoas e autoridades que participaram e participam efetivamente da história da PM em Rondônia.

Para exemplificar, trazemos nesta página matéria histórica sobre o ingresso de mulheres em corporações militares, tanto no âmbito nacional quanto em Rondônia. Também abordamos aspectos da legislação dos concursos para contratação de PMs, os números de mulheres na PM, o gênero como fator determinante em profissões. E mais: a

título de grande reportagem, impressões sobre o tema principal da edição, as relações de gênero na caserna.

Particularmente, reservo-me o direito de ter opinião sobre aspectos e derivações que envolvem este tema. Portanto, ao leitor, peço que faça minuciosa leitura e atente para detalhes em números e na disposição das matérias – você perceberá que, com isso, conto uma história e deixo expressa minha opinião.

Boa leitura!

Expediente

Faculdade Interamericana de Porto Velho - UNIRON

Coordenação de Jornalismo

REDAÇÃO: Evellin Carine Rodrigues Ferreira

PROJETO GRÁFICO: Viviane Camelo e Evellin Carine Rodrigues Ferreira

DIAGRAMAÇÃO: Evellin Carine Rodrigues Ferreira e Viviane Camelo

ORIENTAÇÕES: Larissa Zuim, Maria Angela de Lima e Viviane Camelo.

FOTOS: Evellin Rodrigues, Larissa Zuim; Fotos históricas cedidas por: Marlene Lima, Maria da Conceição, Rosana Santos, Waldeth, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Mariliane de Pinho.

IMAGENS: Freepik e Gazeta do Povo

Este suplemento editorial faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo pela UNIRON, em 2018.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
TIRAGEM: 1000 exemplares

OPINIÃO

As rainhas do lar: inquietações sobre diferenciação de gênero



SOLIMÁRIA LIMA, Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (Unir), Advogada, e pesquisadora na área de Gênero, Educação e Cultura.

É certo mencionar que, desde os últimos anos, as discussões a respeito das questões de gênero, envolvendo os diversos aspectos sociais, tais como; postos de trabalho, oportunidades acadêmicas, equiparação salarial, entre tantos outros questionamentos, foram ganhando força nos mais diversos espaços da sociedade.

Isso se dá pela crescente onda de manifestações em diversos segmentos da sociedade que despertaram as inquietações a respeito do que vem sendo naturalizado há anos na sociedade do que se deve ser socialmente aceito e do que não se deve. Eis que a diferenciação de gênero desponta como uma dessas inquietações.

Ao mencionarmos as diferenças entre homens e mulheres nos postos de trabalho, por exemplo, em alguns locais é quase que ofensivo falar em equiparação de gênero, haja vista que para uma parcela da população, a mulher foi "talhada" e vive um processo natural de aceitação do que foi

lhe foi imposto desde os primórdios na maioria das civilizações já e então existentes, a de ser a "rainha do lar".

É assustador como a expressão 'rainha do lar', que a princípio traz ares de importância e, sobretudo, o que poderia ser uma valorização da mulher, pode se transformar em algo tão assustador e até mesmo limitador para muitas mulheres que aderiram à discussão de gênero. Visto que, este título, já ostentado com glamour na sociedade, hoje é utilizado como uma forma de denegrir a imagem da mulher em um espaço de invisibilização, que é o lar, posto que é nesse espaço que a mulher mais sofre violência de gênero por parte da família e de seus companheiros. Por isso, mulheres não querem e não necessariamente devem querer este título. Muito pelo contrário, pois, esse discurso mudou, ou ao menos, o seu modo de interpretação foi modificado e reorientado.

Vou explicar - temos uma população de mulheres fortemente determinadas a se encaixarem no mercado de trabalho, se qualificarem nos mais diversos segmentos acadêmicos e

profissionais, que anseiam por uma base sólida de sustento para si e para outrem, sem depender de um provedor.

Só que a discussão não para por aí, o primeiro passo de suas principais funções naturalizadas pela sociedade patriarcal, na qual ainda vivemos foi e é muito doloroso, isso por que a sociedade teima em pensar que não estamos fazendo nosso papel pré-estabelecido ao nosso nascimento. Utilizo o estamos, pois me encaixo nessa gigantesca massa de mulheres. Na sociedade patriarcal, na qual a estrutura de poder está fixada no pensamento da superioridade masculina sob o outro (mulher, criança, idoso), as mulheres são apenas um sustentáculo dessa estrutura como reprodutora e cuidadora do lar.

Mas já esclarecemos que este modelo está sendo amplamente questionado por todas as estruturas sociais. As mulheres despertaram com a força dos

movimentos sociais, entre eles, os feministas que tem pautado firmemente e levantado a bandeira de que mulheres podem mais, são mais e conquistarão muito mais.

Não que já não tenham conquistado. Já tivemos mulheres presidentes de vários países, senadoras, construtoras, médicas, professoras, militares, enfim, em todas as profissões. Isso só evidencia o quanto a bandeira é legítima e importante.

Porém, devemos destacar que a seleção de mão de obra é por vezes em sua maioria preconceituosa e discriminatória, sobretudo, em alguns concursos públicos, como o da Polícia Militar, que estruturam 'cotas' para a entrada das mulheres na corporação. A instituição se utiliza de parâmetros que infere à mulher como o sexo frágil, instituindo que dentro de uma estrutura, como a da PM, que precisa da força bruta, não há como manter uma corporação predominantemente feminina.

São públicos e escancarado os limites estabelecidos e a disparidade do número de vagas nos certames da maioria dos concursos militares, sendo ofensivo e imoral se pensarmos a divisão sexual do trabalho tendo em mente o constante artigo em nossa valiosíssima Constituição Federal de 1988, que nos garante direitos e garantias fundamentais de igual valor.

Neste sentido, nos resguardamos ao direito de lutar pela quebra de paradigmas sociais que colocam a mulher sempre em segundo plano e, de certa forma, as privam de seus devidos direitos e acesso igualitária a todas as profissões.

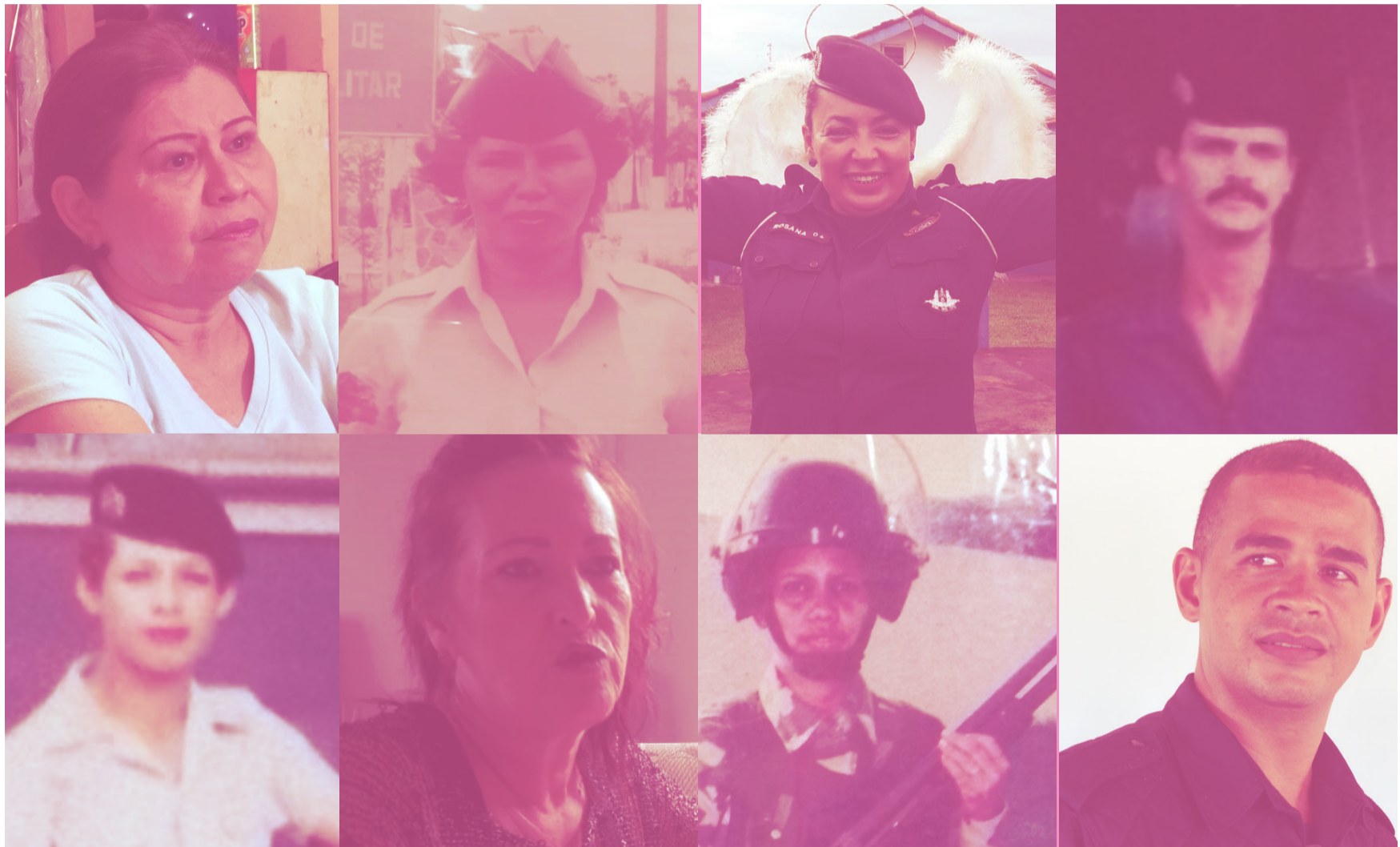


Desfile do Companhia Feminina de Polícia Militar

GRANDE REPORTAGEM

A corporação acima de tudo: o convívio e as relações de gênero entre os policiais militares em Rondônia

No que tange ao bom funcionamento da PM, em suas bases de hierarquia e disciplina, homens e mulheres buscam o equilíbrio dentro e fora da caserna.



Encontro de gerações: entrevistados da PM/RO | da esquerda para a direita: Marlene, Rosana, Waldeth, Maria Conceição e Eduardo.

Após horas e horas de entrevistas e conversas, com direito a muitos relatos, depoimentos, momentos de forte emoção e histórias (algumas particularmente interessantes; outras praticamente impubescíveis, dado o contexto e a temática), pode-se facilmente constatar: tanto mulheres quanto homens têm o respeito, a hierarquia e a disciplina como balizas para o bom funcionamento e o relacionamento harmônico dentro da Polícia Militar de Rondônia.

Esses sentimentos são expressos pelas diversas pessoas entrevistadas pelo FRONTFEM. Um exemplo: a história de Marlene dos Santos. Ainda atuante na PM, ela lembra com nostalgia de como adentrou na Corporação, lembra de suas colegas, que na época eram 10, contando com ela, e das dificuldades na adaptação, assim como da emoção de fazer parte do primeiro grupo de sargentos femininos que Rondônia formou em 1984.

“Ah!, era uma alegria só. Eu me inscrevi ‘pro’ concurso escondido de papai e mamãe, e decidi que iria fazer. Naquela época precisávamos da aprovação dos pais, e eu menti, mas entrei. Era meu sonho me ver fardada, mas não nego: fui mais porque queria conhecer o Rio de Janeiro e era lá o curso de formação”, conta.

Com saudosismo e de maneira entusiasmada, Marlene descreve seus momentos na caserna, se emociona ao lembrar de quando pediu para sair da PM, mas que retornou, pois em suas palavras: “A atividade policial militar me dá vida, me dá pertencimento; sem ela, eu não me sinto nada”.

Suas palavras se assemelham às de Waldeth. De olhar duro, posicionamento firme, mas capaz de soltar uma forte e prolongada gargalhada, ela representa a típica mulher que sabe o que quer, como e quando quer. Pioneira no gerenciamento do policiamento de

trânsito, foi também a primeira mulher a fazer parte da Polícia Ambiental em Rondônia.

Destaca que sempre soube, desde os seis anos de idade, que seria PM, a exemplo de seu pai, mas que também contou com a resistência de seus familiares. Mesmo assim, seguiu seu objetivo: fez as etapas da PM escondidas da família, passou e está há mais de 20 anos em atividade. Waldeth fez parte da segunda turma de policiais soldados, na década de 1980.

Já a sargento Rosana, de aparência forte, se emociona quando começa a falar do seu ingresso e da carreira militar. Segundo ela, em que se pese ser uma profissão de prestígio para quem se propõe a segui-la, “é difícil ser mulher em um ambiente tão demarcado pela presença masculina”.

Ao passo que as entrevistas ocorrem, nos deparamos com Maria da Conceição, a típica mulher “arretada”. Sua vida militar foi desenvolvida pratica-

mente toda no policiamento ostensivo, em presídios e ronda. Foi a primeira mulher a ingressar na COE (Companhia de Operações Especiais) de Rondônia e também a pioneira na Força Nacional do Estado.

Conceição se guia pela adrenalina que a atividade de policial militar lhe proporciona, ou melhor: proporcionava, uma vez que ela foi para reserva. No entanto, diz: “Eu saio da Polícia Militar, mas a mesma não sai de mim”, demonstrando um misto de emoção, saudade e conformismo.

“A atividade policial militar me dá vida, me dá pertencimento; sem ela, eu não me sinto nada”.

O amor pela farda e o respeito pelos colegas dentro e fora da instituição são uma espécie de mantra, ecoado por todas as entrevistadas, nas mais diferentes funções na PM.

E OS HOMENS?

Do outro lado – se assim pode-se chamar, já que as relações são bem tênues –, as várias gerações de homens policiais militares, assim como as diferentes gerações de mulheres, falam de seus anseios e de suas carreiras. Destacam o relacionamento com as mulheres e as surpresas, principalmente os mais antigos, de como se deu a incorporação feminina na PM, bem como o convívio e as relações preestabelecidas entre eles.

Para o coronel aposentado e um dos nove oficiais a fundar a PM em Rondônia, João Maria de Sobral, a incorporação de mulheres se fazia necessária, já que em 1983 as famílias começaram a se moldar aos novos modelos, no qual o homem já não tinha mais tão somente o papel de provedor da casa, dividindo tal responsabilidade com a mulher. Para ele, todos ganharam com o ingresso da mulher na PM, tanto a Corporação, quanto a sociedade e a própria mulher.

Já para o cabo Eduardo Andrade, ingressante na PM em meados dos anos 2000, o con-

vívio com as mulheres na PM sempre foi muito amistoso e tranquilo. Ele pondera que em atividades externas, que exigem o uso da força bruta, os homens são mais requisitados. Particularmente, ele diz preferir ser destacado para missões com mulheres, uma vez que elas são mais detalhistas, organizadas, e o resultado final das operações, quando há a presença de mulheres, segundo ele, “sempre é mais positivo”.

Assim como nas entrevistas com as mulheres, outros homens foram entrevistados e suas percepções destoam pouco ou quase nada dos que aqui foram escolhidos para serem relatados.

RELAÇÕES

Quando perguntados a ambos os gêneros sobre as relações de gênero dentro da corporação, em sua grande maioria, disseram ser agradável trabalharem juntos, pois se ajudam e se completam em atividades, personalidades e experiências que cada um traz consigo. Quanto ao número de mulheres versus homens, as mulheres em sua grande maioria dizem estar abaixo do esperado e almejado por elas para as gerações futuras, mas se mostram confiantes, haja vista que os espaços destinados à mulher crescem a cada dia.



Fotos: Primeiras soldados a ingressarem no policiamento de trânsito em Porto Velho

Quanto aos homens, ponderaram um pouco mais ao retratar os números, pois, para eles, há poucas atividades de policiais militares sem força bruta, e nisso, via de regra, as mulheres estão em desvantagem.

O que se extrai dessas tantas experiências relatadas, desses encontros de gerações da PM (pessoas que entraram nas décadas de 1980, 1990 e 2000), é o respeito, o carinho e o cuidado que têm em falar tanto de

seus parceiros policiais, quanto da própria instituição.

Mostram-se orgulhosos em fazer parte da PMRO e por consequência de escreverem um pedaço da história de Rondônia, na mais plena admiração que se espera um soldado frente ao “Front” de batalha. Seja na polícia, seja na vida, mulheres e homens estão cada vez mais lado a lado, em busca de um ambiente de trabalho harmonioso e produtivo.

Marchando firme: tropa em Rondônia tem mais de 500 PMs mulheres

Desde que começou a admitir mulheres em seu efetivo, no ano de 1983, a Polícia Militar do Estado de Rondônia registrou um crescimento substancial. Os números passaram de 10 policiais – uma oficial e nove soldados integrantes da recém-criada Companhia Feminina da Polícia Militar do Estado – para as atuais 545.

No início, a companhia atuava em serviços de trânsito e humanizado, mais precisamente com idosos, crianças e mulheres; hoje, das atuais 545, são 219 atuando na área-fim, ou seja, no policiamento em si, e 326 na área-meio, composta, entre outras, por atividades administrativas.

O crescimento do número de mulheres na PM rondoniense, entretanto, não foi uniforme, uma vez que nos primeiros 11 anos, as contratações variavam entre uma e duas policiais, chegando-se, inclusive, a períodos

sem nenhum ingresso, como nos anos de 1984 a 86, 88 a 90 e 2003 e 2004.

O efetivo de PMs femininas de Rondônia compreende 11,1% da tropa, cujo total é de 4.895 policiais na ativa. Portanto, tal percentual, comparado ao dos homens (88,9%), torna-se discrepante, mas são números que não destoam dos demais Estados da Federação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compilados pelo portal G1 de notícias, no quesito gênero nas Polícias Militares, os números são semelhantes, e em alguns Estados são até menores.

Um exemplo é o Estado do Rio Grande do Norte, que possui aproximadamente 3,7 mil policiais, sendo 2,3% do efetivo total composto por mulheres. Seguem ainda os Estados do Ceará, com 3,05%, e o Maranhão, com 5,7%. Quanto aos estados com

maior percentual de participação feminina nos quadros, destacam-se o Amapá (20,3%), Roraima (14,55%) e Bahia (13,93%).

De qualquer modo, tais números dão uma pequena mostra da expressividade da participação feminina incluindo-se a óbvia quebra de paradigmas e visões preconcebidas, a exemplo da tradicional figura da mulher como o “sexo frágil”.

Para o coronel PM Rildo José Flôres, subcomandante do Comando Geral da PM/RO, a integração da mulher aos quadros da Corporação trouxe benefícios claros: “A mulher na atividade policial militar facilita o trabalho, especialmente na atividade operacional, já que nós muitas vezes nos deparamos com situações onde se faz necessária a atuação da policial militar.”

Ele cita como exemplo o atendimento a mulheres vítimas

de violência, incluindo crimes contra a liberdade sexual, estupro e outras ocorrências registradas no dia a dia da atividade policial. “Essa vítima terá muito mais facilidade em relatar o que ela viveu para outra mulher, ou seja, vai ter facilidade de falar com uma mulher de forma diferente como seria com um homem”.

Além dessa característica – quase uma condição inerente à alma feminina, ou seja, de se compadecer mais facilmente com a dor alheia –, o subcomandante destaca ainda o pioneirismo de Rondônia, no que tange a conquistas femininas em relação ao universo das Polícias Militares no Brasil: “A Polícia Militar do nosso Estado tem ainda um diferencial: foi a primeira a ser comandada por uma mulher. Nós, PMs, não conseguimos verificar a atividade policial militar sem a inclusão da mulher na atividade”.

LEGISLAÇÃO

O dilema das vagas para mulheres na PM à luz da legislação

As mulheres passaram a ter a oportunidade de ingressar nas polícias militares a partir da década de 1950. De lá para cá, avanços— embora ainda em escala moderada e bastante tímidos—aconteceram relacionados ao acesso das mulheres às forças policiais.

Na maioria das polícias militares do Brasil, o ingresso das mulheres é delimitado ao teto de 10% do total de vagas ofertadas em editais, e aos homens são destinadas todo o restante. Por vezes, os editais são questionados quanto à reserva de vagas para as mulheres, o que poderia ferir o direito à igualdade de gênero, assegurado na Constituição Federal de 1988. Porém, ao analisarmos a questão do ponto de vista da lei, nos deparamos com uma dualidade no caso do ingresso das mulheres: princípio da razoabilidade versus princípio da igualdade.

A advogada Renata Fabris, que esteve à frente da Comissão da Mulher Advogada no biênio 2016/2018, além de ser presidente do Instituto Rondoniense do Direito Administrativo e professora de Direito Administrativo, em entrevista ao **FRONT**, disse que, no que se refere à constitucionalidade da Lei n. 9713/1998 (na qual a PM se respalda para delimitar as funções e as vagas para mulheres em seus quadros), deve ser levada em conta não somente os princípios de isonomia (tratamento igualitário) e legalidade, mas sim o da razoabilidade.

Para ela, ao não prever a disponibilização de vagas em igual teor a mulheres e homens, o edital – e, via de consequência, a própria instituição para qual serão ofertadas as vagas – pode incorrer em discriminação de gênero, no entanto, se a diferenciação estiver fundamentada é possível que haja, sem ferir princípios constitucionais. Faz ainda um acréscimo relativamente a quais funções serão desempenhadas, exemplificando que, caso

sejam funções administrativas ou de comando, não há o que se questionar sobre o emprego de homens e mulheres, ou seja, todos estão aptos a realizá-lo, desde que cumpram os requisitos objetivos para o cargo.

“Quando eu não permito que mulheres e homens estejam com equidade participando de concursos, poderia haver uma violação ao artigo 5º da Constituição, no princípio da isonomia. Mas aí tem outra questão a ser analisada e sobreposta à da isonomia: o princípio da razoabilidade, por

localar sua própria vida em risco, assim como das demais pessoas, em razão da fragilidade física. Diferença essa representada nos exames físicos dos concursos públicos, que, em razão da motivação física, estabeleceu um tipo de discriminação positiva às mulheres, razão pela qual não fere a isonomia entre os candidatos homens.

Outro ponto destacado pela profissional da advocacia é que o trabalho da polícia militar é contínuo, logo, não pode ser interrompido por quaisquer que sejam as questões, uma vez

estão cada vez mais se capacitando para o mercado de trabalho, portanto, para funções dessa natureza, não há que se falar em diferença de vagas.

“Tradicionalmente, nós, mulheres, nos capacitamos bem mais do que os homens. Tanto que nos últimos concursos, com exceção desses que têm essas limitações para gênero, as mulheres têm conseguido alto nível de aprovação. Portanto, se houver limitação para isso, aí sim, caberia uma arguição de inconstitucionalidade, e que deve ser questionada, para que a lei tenha sua motivação, porque a lei, na letra fria, não traz a motivação dessa situação”.

Renata Fabris ainda observou que a mulher, de certa forma, ganhou ainda mais liberdade há 30 anos, desde a promulgação da CF/88. E, mesmo as mudanças sendo tímidas, a mulher avança a passos largos em direção à autonomia em sua vida.

“Só quem pode mudar a situação da mulher na sociedade é sua própria consciência, é acreditar que podemos mais, é saber o real sentido da palavra feminismo, é saber que se é capaz de realizar diversas atividades, que não somos melhores e nem piores; somos iguais, e como iguais, devemos ter as mesmas oportunidades e perspectivas em vários campos”.



Constituição Brasileira de 1988 - Foto: Gazeta do Povo

meio do qual o STF tem fundamentado a sua decisão, e até onde eu sei essa situação já estaria pacificada. Mas, toda diferenciação deve estar devidamente motivada”, disse.

Nesse sentido, a advogada explica que o trabalho ostensivo da PM (a “selva”, como popularmente é chamado) exige muito da capacidade física humana, e é aí onde entraria a limitação para muitas mulheres, porque, via de regra, esta é mais frágil fisicamente aos homens”, acrescentou.

Renata ainda menciona, que caso o embate físico da mulher fosse somente com outras mulheres, não haveria um porquê para a distinção de vagas, pois a mulher estaria em equidade com outra mulher. No entanto, quando a situação é o contrário, ou seja, quando se opõem mulheres policiais militares e homens em embate, a mulher, por questões físicas, poderia co-

que a segurança pública poderia ser prejudicada, e a segurança está acima de qualquer outra fundamentação, só não à vida. Outro apontamento feito pela advogada é quanto ao critério intelectual, como fundamento para resguardar mais vagas para homens do que para mulheres, visto que estas

O QUE É A LEI 6299/16?

Em 2016 a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou o Projeto de Lei 6299/16, de autoria de um deputado militar, por meio do qual destinavam-se às mulheres 25% das vagas em concursos de segurança pública, ao invés dos tradicionais 10%.

A proposta ainda está sendo analisada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço

Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Quanto ao que diz a jurisprudência do STF e do STJ, só é admitida prioridade a um dos gêneros em concursos públicos quando houver previsão legal e justificativa para a diferenciação. No entanto, a CF/88 veda distinções de qualquer natureza em concursos públicos.

PESQUISAS

Pesquisadoras apontam características da discriminação de gênero no Brasil

As relações de gênero vêm sendo debatidas frequentemente nos últimos anos. Tais inquietações servem para embasamento nas relações de poder.

A desigualdade econômico-social e a violência, máculas que, infelizmente, têm se desenhado como características da sociedade brasileira, são algumas das questões apontadas pelas pesquisadoras ouvidas pela FrontFem como fatores principais quando o assunto é a discriminação de gênero. Maria das Graças Silva Nascimento, que coordena há 18 anos o Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero (GepGênero), diz que a base para as violências e desigualdades atribuídas ao gênero são direcionadas para as meninas, mulheres, negros, e comunidade LGBTQ+.

Graça é professora doutora em Ciências Ambientais e titular da Coordenação de Geografia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), além de trabalhar com a temática “gênero” em várias esferas sociais, tais como: educação, saúde, mulheres rurais e urbanas, políticas públicas para as mulheres e, recentemente, com mulheres indígenas. Também tem enfoque em questões de políticas públicas de empoderamento contra as questões de violência que são muito comuns, sobretudo, com as mulheres que vivem em áreas rurais.

Para a pesquisadora, uma das maiores dificuldades encontradas ao se propor a realizar pesquisas com essas temáticas, se dá inicialmente na própria universidade. De acordo com ela, o apoio a pesquisas voltadas a gênero é escasso e por vezes, encontra barreiras até em colegas mulheres de trabalhos. Para Graça, mesmo essas pesquisas tendo iniciado desde o século passado, ainda hoje enfrenta resistência.

Em sua área de análise, a geografia, ela atribui a dificuldade em transpor essas barreiras para um estudo de uma geografia feminista ao ‘fazer ciência’, que está atrelado a um saber que é masculino, branco, hetenormativo e burguês.

O grupo de pesquisa da professora, GepGênero, vem dando visibilidade para esta

temática, abrindo a discussão nas academias, nos lares, escolas e em todos os locais da sociedade. De todos os cursos de Geografia da região Norte, o da Universidade Federal de Rondônia é o único que estuda gênero na geografia e que na grade curricular do mestrado e doutorado têm disciplinas vinculadas a essas temáticas.

Sobre as questões sociais que mais predominam nas discriminações de gênero, a pesquisadora é enfática: as violências domésticas em todos os sentidos, contra as meninas, mulheres, negros, comunidade LGBTQ, de todas as camadas sociais. Mas quem sofre mais com essa violência são as mulheres negras, pobres, lésbicas e de periferia.

Então, mesmo que uma mulher tente romper com essas raízes do patriarcado, muitas vezes ela não é bem-sucedida. Pois ele está em todas as instituições da sociedade, na família, no ensino, religião, no Estado, nas empresas públicas e privadas. E o movimento feminista combate tudo isso com um dos princípios de direitos iguais para todos.

Maria das Graças Silva Nascimento, pesquisadora.

DISCRIMINAÇÕES

Graça atribui as diversas formas de violências sofridas pelas mulheres ao patriarcado, que segundo ela é uma condição gerada pelo capitalismo que vê as mulheres pela “dominação masculina”. Nesse sentido, falar em empoderamento feminino é complicado, pois para que haja em sua totalidade é necessário abolir o sistema patriarcal, que está enraizado na sociedade brasileira.

Em relação às diferenciações no número de vagas dos concursos de polícias militares no Brasil, Maria das Graças afirma que há peculiaridades entre homens e mulheres, mas que não se legitimam em certas limitações para o acesso a quaisquer trabalhos públicos ou privados, e que desta forma só se perpetua uma cultura que naturaliza os enquadramentos socialmente aceitos do que mulher pode ou não pode fazer. Além disso, menciona que mesmo quando uma mulher ascende para graduações superiores à de alguns homens nas corporações, ainda assim enfrenta barreiras no trato cotidiano, no que diz respeito à chamada “voz de comando”, pois, a maioria dos homens entendem que aceitar ordens de outro homem é mais válido que de uma mulher.

Para a pesquisadora o correto seria deixar em aberto o número de vagas em todos os concursos públicos e desconstruir a ideia de instituições criadas por homens e para os homens. Mas também ressalta que as mulheres tiveram um grande avanço no mercado de trabalho, em setores significativos das empresas. As mulheres estão chegando com mais escolaridade e titulação para ocupar esses lugares.

“A partir do momento que você tenciona algo, ou vai trincar ou vai quebrar. Se as mulheres na Polícia Militar discutissem mais as questões de oportunidades, elas certamente teriam mais espaços”, disse.

DESIGUALDADE

A também pesquisadora na área de Gênero, Educação e Cultura, Solimária Pereira Lima, diz que o cerne das discriminações relacionadas à equidade de gênero ainda se baseia mais frequentemente em razão da desigualdade econômica e étnico-raciais. A pesquisadora é mestre em Letras pela Universidade Federal de

Rondônia (Unir) e advogada, e está atualmente na função de Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Rondônia (Ifro).

Ela classifica que apesar de todas as dificuldades encontradas desde os primórdios para adentrarem no mercado de trabalho, as mulheres têm provado que são capazes, e que para isso, elas devem continuar a se capacitarem no intuito de terem iguais oportunidades.

Reitera que, na verdade, o que é visto ultimamente é o reconhecimento da participação da mulher em determinadas áreas, pois a mulher sempre atuou, de forma invisível, em todas as posições. Logo, esta participação e reconhecimento tornam-se decisivas para a evolução social.

“Para que haja uma sociedade mais justa, em que não só as mulheres, como todas as classes tenham seus direitos reconhecidos e as diferenças minimizadas, precisamos ampliar essas discussões. Conscientizar a todos da importância do respeito ao outro é o primeiro passo para que possamos alcançar essa equidade. Ela ainda está longe, mas é possível sim alcançá-la”, completou.

“A partir do momento que você tenciona algo, ou vai trincar ou vai quebrar. Se as mulheres na Polícia Militar discutissem mais as questões de oportunidades, elas certamente teriam mais espaços”.

ENTREVISTA

Mais do que o trabalho de policial militar, a garantia do espaço da mulher



Angelina Dos Santos Correia Ramires, Coronel PM-RO

Primera mulher a comandar uma unidade de segurança pública militar na América Latina, a coronel PM Angelina dos Santos Correia Ramires registra uma história única no Estado de Rondônia quando o assunto é o empoderamento feminino. Figura icônica por natureza, dado o pioneirismo em suas funções dentro da corporação militar, na qual ingressou em 1983 e onde passou 31 anos, ela concedeu a seguinte entrevista ao **FRONTFEM**:

Por que quis ser policial?

No início do ano de 1983 estava visitando parentes na cidade de Cacoal quando soube do concurso para a Polícia Militar e procurei o quartel da PM para obter informações. Percebi uma boa oportunidade, pois a PM de Rondônia era uma das pioneiras em admitir mulheres em seus quadros. Iria compor a primeira turma de Oficiais PM Femininas, com uma carreira que permitiria alcançar os postos e cargos máximos da Corporação. A carreira militar, com base na hierarquia e disciplina e na estrutura militarizada, apresentava valores com os quais eu me identificava. E a missão policial militar me atraiu, com a possibilidade de trabalhar para o bem-estar e segurança das pessoas, socorrer quem precisa, além de contribuir para o estabelecimento e crescimento do Estado recém-criado.

Como foi a adaptação, houve dificuldades?

A primeira dificuldade foi à adaptação à vida militar, com suas regras de disciplina, exigências físicas, ensino em tempo integral e com diversidade de matérias de caráter acadêmico, militar e policial. Fui cursar inicialmente na Academia da Polícia Militar do Rio de Janeiro e ainda no início do primeiro ano fui transferida para a Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, onde me formei. Vejo que as dificuldades que enfrentei são as comuns que a mulher encontra ainda hoje na sociedade, agravada por estar em uma atividade até então desenvolvida com exclusividade por homens. Era uma novidade para todos, para nós policiais militares femininas, para os policiais militares masculinos e até para a sociedade. Sabíamos que nossa missão era além do trabalho policial militar, mas também de garantir o espaço da mulher na Corporação pelo seu profissionalismo e desempenho, superando eventuais preconceitos e desconfianças quanto a nossa atuação.

Como foi lutar pela unificação dos quadros?

A unificação dos quadros atendia não só o anseio das policiais militares femininas com as necessidades da Corporação. Até aquele momento éramos lotadas no Batalhão Feminino e nossa atuação estava circunscrita ao policiamento de trânsito, apoio ao efetivo dos batalhões da Capital, eventuais apoios a operações das demais Unidades da PM e tínhamos policiais femininas à disposição de órgãos administrativos da Corporação. Havia ainda outro problema que a carreira das policiais militares estava estagnada, pois as vagas para as promoções e ingresso de novas policiais eram limitadas ao previsto no Quadro de Organização do Batalhão. Tínhamos Sargentos que tinham completado o tempo na graduação para promoção e não eram promovidas por falta de vagas, enquanto os colegas

da mesma turma de formação por ser do quadro masculino já tinham sido promovidos há dois anos. Elaborei um estudo, demonstrando as questões relacionadas ao pessoal com o quadro estagnado e desmotivação das policiais militares femininas, mas também dos ganhos operacionais que a Corporação teria, com a possibilidade de emprego de policiais femininas nas atividades operacionais nas diversas Unidades Operacionais distribuídas no Estado. O estudo foi aprovado e a unificação ocorreu beneficiando em muito a atividade da Corporação. Hoje as policiais militares atuam em todos os setores, tanto na Capital como no interior do Estado.

Como foi ser Comandante-Geral de uma Instituição tão respeitada na sociedade?

Foi a coroação da minha carreira como Oficial Policial Militar e a realização das expectativas criadas quando ingressei na PM, mas não deixou de ser um grande desafio. Apesar de ter me preparado ao longo da carreira e me considerar apta para o desempenho da função, foi muito desafiador, pois não se tratou somente de solução dos problemas do momento de segurança pública e gestão da Corporação, mas planejar e preparar a Polícia Militar para as questões futuras. Neste sentido, pude incrementar o processo de ensino da Polícia Militar, pois entendia que a formação, aperfeiçoamento e especialização dos policiais militares estão na base do desempenho da Corporação; otimizamos o planejamento das atividades operacionais; promovemos uma reestrutura organizacional de forma a atender a evolução experimentada pelo Estado; apesar das dificuldades orçamentárias do Estado, procuramos dotar a Corporação com materiais e equipamentos necessários para o policial militar executar suas atividades, como capacetes, coletes a prova de bala, escudos e capacetes balísticos, armamento e viaturas.

Destaco a criação do Curso de Formação de Oficiais PM em parceria com a UNIR, que permitiu o recrutamento de Oficiais e sanar o grande déficit no Quadro de Oficiais, além de proporcionar uma formação de acordo com a nossa realidade. Comandei a Polícia Militar do Estado de Rondônia por mais de 7 anos e, como se diz no jargão militar, a missão foi cumprida. Sinto-me realizada profissionalmente e a consciência que fiz o melhor que pude para o engrandecimento do Estado e fortalecimento da Corporação. Tenho imensurável gratidão com todos os policiais militares que serviram sob meu comando, pois sem o trabalho de cada um os objetivos não seriam alcançados. Quero parabenizar esses valores homens e mulheres, que diuturnamente se dedicam a dar efetividade ao lema da PM de "servir e proteger", mesmo à custa de grandes sacrifícios pessoais.

O que a senhoraalaria para mulheres que tem a senhora como exemplo de conquista no serviço público, mas se ver numa situação de desigualdade para estar em uma corporação militar?

A carreira militar tem peculiaridades que exigem que se esteja adaptado a vida militar, tanto para mulheres como para homens. Por isso recomendo primeiro que busque informações para saber se realmente se identifica com a vida militar. Encontraremos dificuldades em todas as áreas e superá-las depende de dedicação, esforço pessoal e principalmente conhecimento profissional. Tem que ser competente no que se vai fazer. A perseverança é outra qualidade importante para vencer as barreiras, não desistir diante do primeiro obstáculo, lutar pelos seus objetivos. Na Polícia Militar as oportunidades são iguais e se valoriza o mérito, mas se em alguma situação sentir-se prejudicada utilizar os instrumentos legais disponíveis.